

ANC

Comissão divergente

O GLOBO Domingo, 29/3/87

O PAÍS • 3

definirá papel de militares

BRASÍLIA — Enquanto um fazia guerrilha nas matas da região do Araguaia, no Governo Médici, o outro era Ministro da Educação. Hoje, na Assembléia Nacional Constituinte, como durante o regime militar,



José Genoíno



Israel Pinheiro



Passarinho

o ex-guerrilheiro José Genoíno (PT-SP) e o Coronel reformado Jarbas Passarinho (PDS-PA) nada têm em comum, a não ser o grande interesse, manifestado na última semana, de integrarem a comissão temática que estudará o papel dos militares na nova ordem institucional, onde, é claro, defenderão pontos de vista opostos e deverão polarizar as discussões.

— Querem desarmar o Estado para que ele fique ao dispor de qualquer grupo local — afirma Passarinho, declarando ser, desde já, contrário à proposta que Genoíno apresentará na comissão, limitando o papel dos militares à defesa da soberania externa do País.

— Temos de movimentar a comissão. Não adianta discutir os Poderes da República se não discutirmos o que são as Forças Armadas e o papel que tiveram ao longo da história do Brasil — diz Genoíno.

Denominada Comissão de Organização Eleitoral e Garantia das Instituições, ela deverá discutir temas como o sistema eleitoral e os partidos, mas a maior polémica deverá ficar mesmo por conta do papel dos militares. Ao tomar conhecimento da composição inicial da comissão — que terá também como integrantes os Deputados Saulo Queiroz (Secretário-Geral do PFL), Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), Maurício Campos (Presidente do PFL) e o Senador Humberto Lucena (Presidente do Senado) entre seus 63 membros — Genoíno reconheceu que "vai ser uma

parada" fazer passar suas propostas.

Além da destinação exclusiva das Forças Armadas à defesa externa e da proibição de seu envolvimento, como instituição, em atividades políticas, o Deputado do PT pretende propor a unificação dos Ministérios militares em uma só Pasta, a da Defesa, a extinção das polícias políticas, a adoção do serviço militar voluntário e a proibição de julgamento de civis por tribunais militares. Ele quer extinguir também o Conselho de Segurança Nacional.

Passarinho quer manter a redação consagrada nas Constituições brasileiras desde 1891, subordinando as Forças Armadas ao Presidente da República, aos postulados democráticos e à defesa das instituições e da lei. Apesar disso, reconhece a necessidade de modificação dos dispositivos sobre Segurança Nacional da atual Carta.

— Não pode haver uma Lei de Segurança que chegue ao nível de ideologia. Mas também não pode haver um Estado desprotegido. Temos de assegurar o equilíbrio — adverte ele, propondo a substituição das atuais medidas de emergência da Constituição por um Estado de alarme, que só poderia ser prorrogado com autorização do Congresso Nacional.

Alertando que "é preciso ter cuidado para não fazer uma Carta antidadura ou anti-militares", o Deputado Israel Pinheiro Filho partilha do ponto de vista de Jarbas Passari-

nho. Ele sustenta que "não adianta ficar preocupado com sutilezas, pois se eles quiserem dar golpe dão mesmo". Israel, no entanto, está mais preocupado com outros assuntos que serão objeto de estudos, como o sistema eleitoral e a organização partidária. Deseja uma legislação para fortalecer os partidos e defende a adoção do voto distrital.

— Vou defender o sistema distrital misto, pois o grande mal de hoje é a divergência entre companheiros de um mesmo partido, provocada pelo voto proporcional.

Para mostrar que não haverá acordos ou posições partidárias unificadas nas comissões, onde a maioria dos constituintes funcionará independentemente, Israel, um pouco surpreso, reconhece que fecha com o PT em alguns itens. Entre eles, o da extinção do voto obrigatório, a ser defendida por ele e Genoíno.

— Votar é um direito do cidadão. O voto deve ser voluntário — diz Genoíno.

— Não concordo. Nos Estados Unidos, muitos Presidentes são eleitos pela minoria. Será possível governar com a maioria da minoria num país como o Brasil? — contra-ataca Passarinho.

Dois outros integrantes da comissão, os Deputados Miro Teixeira (PMDB-RJ) e Saulo Queiroz (PFL-MS) são ainda reticentes em revelar suas propostas, já que pretendem ser relatores de suas subcomissões. Alguns interlocutores de Miro, no entanto, afirmam que ele parece simpatizar com a idéia de limitar as atribuições dos militares à defesa externa, o que, se confirmado ao longo dos debates, poderá fortalecer a trincheira de José Genoíno.

Saulo Queiroz, sem adiantar propostas, admite apoiar o voto voluntário (o brasileiro adora eleição, comenta), no que ficará próximo ao PT. Não deverá abrir mão, entretanto, do papel das Forças Armadas de garantir as instituições internamente, posição que o colocará nas fileiras de Passarinho.

Na disputa pelos cargos, articulação e corpo-a-corpo são imprescindíveis

BRASÍLIA — As vésperas da conclusão dos trabalhos de distribuição dos parlamentares nas nove Comissões e 24 subcomissões temáticas da Constituinte, começa a agitar os batidores a disputa pelos cargos mais importantes da Assembléia. Ontem, o Deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), que contribuiu para a eleição do Senador Mário Covas para a Liderança do PMDB na Constituinte, começou a articular a candidatura do Líder no Senado, Fernando Henrique Cardoso, para o cargo de relator da Comissão de Sistematização. Disputam ainda a indicação os Deputados Pimenta da Veiga (MG) e Bernardo Cabral (AM).

— É importante colocarmos o Fernando Henrique na Sistematização — ponderou Lyra.

Fernando Henrique, considerado de centro-esquerda e de convicções nacionalistas, está sendo visto pelos parlamentares ligados a Covas como a melhor opção dentro do PMDB para ser o relator da Comissão de Sistematização. Pimenta da Veiga, que conta com o apoio do Presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, além do Líder peemedebista na Câmara, Luiz Henrique, não é tido como confiável pelo grupo de Covas.

Uma das análises que se faz em alguns setores do PMDB é de que Pimenta da Veiga adotou posições

dúbias em relação às linhas programáticas do partido, quando liderou a bancada de 1985 a fevereiro último. Além disso, o estilo autoritário com que conduziu a bancada nesse período não se afina com o de Mário Covas, que privilegia o PMDB e seus parlamentares, descentralizando o debate e as decisões.

Bernardo Cabral, por outro lado, vem desenvolvendo um intenso trabalho de corpo-a-corpo junto à bancada, ao contrário dos seus dois adversários. Tem circulado pela liderança do partido com frequência e pelos gabinetes de deputados e senadores, pedindo apoio para a indicação do seu nome para relator da Comissão de Sistematização. Ele acha que há poucos nomes credenciados para o cargo dentro da Assembléia Constituinte.

Apesar de começar a se intensificar a disputa pelos cargos das comissões e subcomissões da Constituinte — Presidente, 1º e 2º Vices-Presidentes e Relator —, a maioria dos candidatos não está colocando ainda ostensivamente suas postulações, porque a definição da distribuição dos membros somente ocorrerá na próxima segunda-feira. O Líder do PMDB na Constituinte reúne-se amanhã com o Deputado Luiz Henrique e os coordenadores das bancadas estaduais para concluir esse trabalho.

MILITARES ATENTOS

Objetivo é manter atuais atribuições

BRASÍLIA — A partir desta semana, com a instalação das comissões temáticas da Constituinte, os assessores parlamentares dos Ministérios militares — que nos primeiros dois meses assistiram atentamente às sessões da Assembléia e dedicaram-se a contatos com parlamentares — vão concentrar seus esforços na Comissão de Organização Eleitoral e Garantia das Instituições. O objetivo é trabalhar para manter na nova Constituição as atribuições dos militares relativas à ordem interna.

Os assessores não possuem ainda um perfil completo da comissão e, por isso, não têm expectativas sobre a receptividade desse ponto de vista, segundo explica o assessor do Ministério da Marinha, Comandante Luis Paulo Reguf. Eles acreditam, no entanto, que terão constituintes valiosos para a defesa de suas teses, como o Senador Jarbas Passarinho. Apesar disso, insiste Reguf, "todos os parlamentares são importantes".

Reguf afirma ainda que sua missão junto à comissão é, segundo as instruções de seus superiores, "observar e informar ao Ministro, sem interferir". Não esconde, entretanto, que tentar levar as propostas dos Ministérios militares à comissão fará parte de seu trabalho.

Assistindo às sessões ou circulando pelo "cafezinho" e por diversos gabinetes, os assessores militares têm trabalhado diariamente para o estabelecimento de uma "política de boa vizinhança" com os constituintes que poderão participar da comissão que vai definir o papel dos militares.